



VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER INDÍGENA BRASILEIRA: A história construída na dor infringida aos seus corpos do passado colonial à contemporaneidade

[Artigo]

Ingrid Kristiensen
Silva de Oliveira Caetano

Sobre as autoras:

Ingrid Kristiensen Silva de Oliveira Caetano é graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atualmente, é graduanda de Direito na UERN. Possui interesse em pesquisas sobre a mulher, tanto no que diz respeito ao seu protagonismo nos mais variados espaços, como também a sua situação de vulnerabilidade dentro da sociedade.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER INDÍGENA BRASILEIRA: A história construída na dor infringida aos seus corpos do passado colonial à contemporaneidade³⁰

SEXUAL VIOLENCE AGAINST BRAZILIAN INDIGENOUS WOMEN: A history built on pain inflicted on their bodies from the colonial past to the contemporary¹

Ingrid Kristiensen Silva de Oliveira Caetano

RESUMO

Nascer mulher no Brasil é carregar por toda a vida o peso de pertencer ao gênero feminino, e estar na mira constante dos mais variados tipos de violência, entre elas a sexual. E para aquelas que estão à margem da sociedade, como é o caso das mulheres indígenas, o desafio é ainda maior. O presente artigo pretende dar visibilidade a mulher indígena dentro da história brasileira, abordando a persistência da violência sexual contra estas ao longo dos séculos. O estudo é baseado em pesquisas bibliográficas que abordam a situação do feminino indígena no Brasil. Tendo como objetivo demonstrar que a agressão existe desde o período colonial, onde estas mulheres eram vistas como objetos e sofriam abusos sexuais frequentes por parte dos colonizadores. Até a contemporaneidade, onde a objetificação continua presente, sendo evidente que a violência tem ocorrido, principalmente, por parte da figura dos garimpeiros, que, estando próximos às comunidades indígenas, são responsáveis por levar o terror às aldeias, onde as mulheres são violentadas. Tendo como caso emblemático os crimes cometidos contra o povo Yanomami. Por fim, analisamos quais as articulações que estão sendo realizadas, com o objetivo de mudar essa triste realidade.

Palavras-chave: Colonialidade; Gênero; Povos originários.

ABSTRACT

Being born a woman in Brazil is to carry the weight of being a woman for a lifetime, and to be constantly targeted by various types of violence, including sexual violence. And for those who are marginalized in society, such as Indigenous women, the challenge is even greater. This article aims to give visibility to Indigenous women in Brazilian history, addressing the persistence of sexual violence against them over the centuries. The study is based on bibliographic researches that deal with the situation of Indigenous women in Brazil. The objective is to demonstrate that the aggression has existed since the colonial period, where these women were seen as objects and suffered frequent sexual abuse by the colonizers. Up to the present day, where objectification is still

DATA DE SUBMISSÃO: 14/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 29/12/2023

present, it is evident that violence has occurred mainly by the figure of the gold miners, who, being close to Indigenous communities, are responsible for bringing terror to the villages, where women are raped. Having as an emblematic case the crimes committed against the Yanomami people. Finally, we analyze what articulations are being made, with the objective of changing this sad reality.

Key-words: Coloniality; Gender; Indigenous peoples.

1. INTRODUÇÃO

Em meados do século XV, o homem europeu, em busca de novas formas de obter lucros e movido pela ganância, se lançou ao mar rumo ao desconhecido. Aventura essa que o fez chegar ao continente americano. No território que mais tarde se tornaria o Brasil, povos que aqui habitavam antes da chegada dos portugueses, tinham hábitos e culturas próprias, mas viram suas tradições serem postas de lado em favor de uma nova forma de viver, que fora imposta. Os povos ibéricos concluíram que os indígenas eram inferiores, ao compará-los com o conceito de modernidade trazido da Europa como modelo ideal de sociedade.

Desta forma, tem início uma história de violência, exploração e opressão. Sendo assim, é importante situar a mulher indígena dentro dessa realidade, pois, muitas vezes, ao falarmos sobre esse período, percebemos uma história sendo contada apenas pela perspectiva masculina, ignorando a presença e a violência sexual³¹ enfrentada por elas.

Então, o europeu encontrou uma realidade diferente da vivida em seu continente, e visualizando o feminino indígena como objeto, não enxergou problema em usar seus corpos da maneira que achava conveniente. Sendo importante salientar que, no período colonial, diante das normas e valores culturais, os direitos a dignidade feminina não eram reconhecidos, e dessa forma a violência sexual não assumia o significado que conhecemos na atualidade. E, quando relacionado a mulher indígena, por ser considerada inferior, a situação se tornava ainda pior.

A violência sexual não ficou restrita apenas ao período colonial, ela ultrapassou os séculos de formação do Estado brasileiro. O conceito de “Colonialidade”, introduzido por Aníbal Quijano na década de 1990, nos faz refletir sobre como na contemporaneidade a sociedade continua reproduzindo um padrão mundial de poder colonial, capitalista e eurocêntrico. Onde a mulher indígena ainda sofre com um modelo estereotipado que a objetifica,

31 Qualquer ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou outro ato dirigido contra a sexualidade de uma pessoa por meio de coerção, por outra pessoa, independente de sua relação com a vítima e em qualquer âmbito.

diminui a sua capacidade cognitiva e colabora para que a violência ocorra.

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a violência sexual cometida contra a mulher indígena desde da chegada dos portugueses ao Brasil, ainda permanece de forma tão evidente na sociedade brasileira atual. Citando a violência cometida contra o povo Yanomami, em muitos casos por garimpeiros, pretendemos exemplificar a questão central desse trabalho, e chamar atenção para o fato de que o passado não ficou “lá atrás” como pode parecer para algumas pessoas, mas, o passado é um presente doloroso na vida da comunidade indígena de forma geral, e principalmente para a mulher.

Sendo relevante ressaltar a importância das lideranças femininas indígenas, na luta contra a violação dos seus corpos. Na busca por soluções que as atendam, de acordo com a realidade vivida por elas em suas comunidades, onde estão expostas diariamente a violência sexual, sem que a proteção alcance resultado esperado em tempo hábil e muitas mulheres acabem por perder a vida.

2. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO “DESCOBRIMENTO DO BRASIL”

É evidente que, a chegada do “homem branco” europeu à América no século XV mudou drasticamente a realidade dos povos originários dessas terras. Onde, utilizando o conceito de modernidade, os conquistadores justificavam a dominação exercida contra os povos indígenas, ao classificá-los como inferiores quando relacionados a eles. Esse processo contribuiu para o surgimento do conceito de raça. Como cita Quijano (2005, p. 117):

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde cedo foi construída como referência a suposta estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos (QUIJANO, 2005, p. 117).

Tal divisão foi responsável pelo fortalecimento das relações sociais entre conquistador e conquistado, onde um estava hierarquicamente acima do outro. Em 1500, os portugueses chegaram ao território que conhecemos hoje como Brasil, durante o auge do comércio europeu do Oriente, onde obtinham altos lucros. Diante dessa realidade, não houve interesse inicial de colonizar as novas terras. E, encontrando uma população de mais de 2 milhões de nativos, decidiram explorá-los como mão de obra para a extração do pau-brasil.

Somente em 1530, por medo de perder o território para os franceses, que constantemente praticavam contrabando, e devido o fracasso com o comércio oriental, os portugueses decidiram colonizar o Brasil. Os indígenas tentaram

resistir, pois cada vez mais era nítido a intenção real do colono português. Sem chance de escapar da exploração, esse passou a exigir como pagamento pelo seu trabalho ferragens e armas de fogo.

Originalmente, na comunidade indígena era praticada a divisão de tarefas, cabendo à mulher o papel da produção agrícola da aldeia. Dito isso, uns dos maiores conflitos enfrentados entre os nativos e portugueses estava relacionado a esse tipo de atividade, pois, para o homem indígena, exercer esse serviço contrariava suas crenças, mas para o europeu o trabalho pesado era exercido pelo homem. Sobre isso Souza cita Paraíso (PARAÍSO, 2003 apud SOUZA, 2007, p. 30):

Era preciso, também, de uma certa forma, desmontar esta sociedade. O fato de ela existir como sociedade, era uma possibilidade de possíveis revoltas. Era preciso desestruturar, esgarçar o tecido social, tornando aquelas populações mais frágeis, menos resistentes e, portanto, com menores possibilidades de virem a instalar qualquer tipo de revolta.

Diante do breve contexto histórico explicitado até aqui, algo chama a atenção. A história dos povos indígenas do Brasil é contada em vários momentos pela perspectiva do homem indígena, e como a sua força foi utilizada para cumprir as ordens do colonizador. Esse tipo de abordagem, apesar de importante, invisibiliza a presença da mulher nesse processo. Sendo importante localizar a violência cometida para com ela, dentro da nova realidade, que foi imposta aos nativos pelo povo europeu, e que reverbera até a contemporaneidade.

2.1 Localizando a mulher indígena na sociedade do período colonial

Os portugueses desembarcaram no território brasileiro e se depararam com uma forma de viver diferente da conhecida por eles em seu continente. As mulheres de cabelos longos e nuas chamaram a atenção dos conquistadores. As indígenas, por sua vez, chegaram a acreditar que se tratavam de Deuses, e algumas entregavam seus corpos em troca de utensílios que nunca tinham visto, como um pente ou espelho.

Recebidos como convidados pelas aldeias, o “homem branco” encontrou uma realidade muito diferente da vivida na Europa, com acesso facilitado às mulheres que no Brasil habitavam. Mas com o processo de colonização em curso e a exploração cada vez maior do indígena, o clima aparentemente amistoso foi rompido entre o colonizador e o colonizado.

A violência contra a mulher indígena foi se tornando cada vez mais evidente dentro da sociedade. Com as missões jesuítas em curso, seu modo de viver foi reprimido, sendo obrigadas a vestir roupas que condiziam com o estilo europeu.

Elas foram realocadas nas casas das famílias europeias, tratadas como objeto para satisfazer o desejo do colonizador e acabavam por gerar filhos que não seriam reconhecidos como tal pelo pai.

Durante o processo da colonização, mulheres brancas fixaram residência em terras brasileiras, para acompanhar seus maridos. Foi nesse momento que a mulher indígena deixava de ser usada como desculpa para a escassez de mulheres brancas, e foi reforçado seu papel na sociedade, onde “são vistas como objetos sexuais, como símbolos do pecado, com corpos nus, curvas, cabelos pretos e pele parda, em comparação a palidez sem graça das mulheres europeias”. (BASSEGIO; SILVA, 2015, p.22)

A mulher branca, cabia almejar um bom casamento e a maternidade, seguindo todos os preceitos católicos e preservando uma vida moralmente aceitável diante da sociedade. Por outro lado, as indígenas eram associadas ao pecado e tiveram seus corpos transformados em objeto nas mãos do colonizador, que se sentia livre para praticar a violência sexual.

É importante destacar que, baseado nos valores da época, para o Europeu, o que na contemporaneidade consideramos violência sexual, era considerado normal. E, no caso da mulher indígena, o colonizador afirmava ter direitos sobre seu corpo, por enxergá-la apenas como um objeto. Mas, isso não significa que por não ter nome a violência não existia.

3. O “EU MODERNO” PELA VISÃO EUROCÊNTRICA, COLONIALIDADE E GÊNERO

Os europeus idealizavam que o seu modo de vida e a história de como alcançaram o dito desenvolvimento na Europa Ocidental era o que fazia deles o modelo ideal de modernidade a ser seguido, e por isso estariam acima de outros povos, considerados por eles inferiores, diante do contato iniciado com a chegada às novas terras, resultado do advento das grandes navegações. Mas, em contraponto a isso, Quijano (2005, p. 122) diz:

Se o conceito de modernidade refere-se única ou fundamentalmente às idéias de novidade, do avançado, do racional científico, laico, secular, que são as idéias e experiências normalmente associadas a esse conceito, não cabe dúvida de que é necessário admitir que é um fenômeno possível em todas as culturas e em todas as épocas históricas. Com todas as suas respectivas particularidades e diferenças, todas as chamadas *altas culturas* (China, Índia, Egito, Grécia, Maia-Asteca, Tauantinsuio) anteriores ao atual sistema - mundo, mostram inequivocamente os sinais dessa modernidade, incluindo o racional científico, a secularização do pensamento, etc (QUIJANO, 2005, p. 122).

Esse processo iniciado na colonização do território brasileiro pelos portugueses têm reflexos na sociedade contemporânea, e é responsável por, ainda hoje, presenciarmos na sociedade brasileira estruturas de preconceito e violência enraizadas nesse pensamento eurocentrista.

O sociólogo Aníbal Quijano é o responsável por introduzir o conceito de “colonialidade” em sua obra “Colonialidad y modernidad/racionalidad”, durante a década de 1990, afirmando que a nossa sociedade continua a reproduzir um padrão mundial de poder: “colonial moderno, capitalista e eurocentrado” (QUIJANO, 2005, p. 126). As raças, classificadas de acordo com o pensamento eurocentrista, precisavam passar pelo processo civilizatório para sair do mito do estado de natureza, e só assim alcançariam o estágio da sociedade europeia.

A diferenciação entre os povos fortaleceu as relações de dominação. As mulheres, principalmente às ditas “raças inferiores”, foram as que mais sofreram e sofrem com um modelo estereotipado, criado com relação a elas e a sua capacidade cognitiva. A mulher indígena está inserida nesse contexto, originado desde a chegada dos povos ibéricos ao território brasileiro, quando seus corpos eram usados como objetos, seguindo até a atualidade, onde a violência contra elas persiste.

3.1 A objetificação da mulher indígena na contemporaneidade

No Brasil atual, a realidade vivida pelas mulheres indígenas não é tão diferente da experimentada por suas ancestrais durante a colonização portuguesa. Muitos casos de exploração sexual ocorrem com frequência, mesmo após terem passado tantos anos desde a chegada do “homem branco” a essas terras.

Ainda tratada de forma pejorativa, é vista como uma mulher inferior às outras e constantemente chamada de “índia”, como se não tivesse nome. Tem sua capacidade reduzida a uma hipersexualização e fetichização, reforçados pela TV e cinema, tornando-se grandes responsáveis pela violência sexual contra mulheres de origem indígena, inclusive nas áreas urbanas. As estatísticas apontam que:

(...) indígenas têm mais chance de serem estupradas do que outras mulheres. Um relatório da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), divulgado em 2010, mostra que mais de uma em cada três é estuprada durante a vida (USINA DE VALORES, 2019).

A cultura patriarcal foi responsável pela perpetuação da violência contra a mulher, principalmente aquelas pertencentes aos grupos considerados “inferiores”, como as indígenas. Um exemplo disso é quando, em comunidades de

povos originários com base matriarcal, o lugar da mulher é alterado na tentativa de adequá-la a determinada religião com forte presença patriarcal, gerando diversos conflitos.

4. A VIOLÊNCIA DO PASSADO: UMA PRESENÇA CONSTANTE

Uma história marcada pelo sangue da violência cometida pelos portugueses, que foram os principais responsáveis por alterar toda a estrutura de um povo que é o verdadeiro originário das terras que hoje chamamos de Brasil. A liberdade que antes existia foi interrompida pela chegada do homem europeu.

No que diz respeito à mulher indígena, a violência cresceu juntamente com a formação do Estado Brasileiro. Entre as ameaças cometidas contra estas, Wenczenovicz e Siqueira (2017, p. 10-11) afirmam:

Dentre elas pode-se citar: assédio moral e sexual, exploração de indígenas como “trabalhadoras sexuais”, lesão corporal, sedução e estupro, estupro e atentado violento ao pudor, rapto e estupro, agressão causada por investigação de paternidade e tentativas de estupro (WENCZENOVICZ; SIQUEIRA, 2017, p. 10-11).

Agressões que, por serem tão frequentes, iniciam um processo de banalização na sociedade. E, quando se trata da mulher brasileira, é comum esquecermos daquelas que fazem parte das comunidades indígenas, como se estas pertencessem apenas ao local que habitam.

Aviolência sexual não atinge somente a mulher indígena na fase adulta, ela ocorre até mesmo na infância, causando uma sensação de grande insegurança em territórios que deveriam ser sinônimo de proteção. Em muitos Estados não se tem dados que permitam analisar a extensão dos danos causados. Pois entre as dificuldades para sua obtenção, pode-se citar problemas de acesso aos locais de denúncia e dificuldades na comunicação por não falarem português, ou apenas um pouco.

A relação da mulher indígena com a terra em que vive é forte e é responsável pela base de toda a sua cultura. Mas, com tamanha insegurança, é cada vez mais comum que estas saiam de suas terras e busquem por locais onde acreditam estar mais seguras.

O contato com drogas e álcool, oriundos da relação existente entre os indígenas e o “homem branco”, acarreta a maior incidência de violência cometida pelos próprios indígenas às suas respectivas companheiras e demais mulheres pertencentes ao seu grupo. A cultura machista incorporada ao meio indígena acaba por trazer a inferiorização do feminino dentro da comunidade, além do crescimento dos casos de estupro, que é evidente, pela forte influência externa.

O abuso tem sua origem no período colonial, e “A violência não é natural nem algo do povo indígena ou ancestral. Sua origem está na própria raiz da colonização, dessa ideia absurda de que alguém é superior a outro e, por isso, tem o poder sobre determinado corpo e território” (KAMBIWÁ, 2022).

Entre os maiores problemas enfrentados pelas comunidades indígenas na atualidade, está o perigo trazido pelo garimpo ilegal e o agronegócio, que é responsável pela exploração sexual, escravização indígena, contaminação da água por mercúrio e introdução de drogas e álcool na vida desses povos. Além de causarem grandes danos ambientais, destruindo o habitat dos indígenas e afetando um ecossistema importante para todos do planeta, financiados, em muitos casos, por grandes empresas, que se beneficiam com essa atividade.

4.1 Agressão ao feminino Yanomami

Imagine ter a sua casa invadida, sem motivo válido, por pessoas que você nunca causou nenhum tipo de dano, e que além de destruir a sua moradia, violam os seu corpo, de suas iguais e crianças. Provavelmente as forças de segurança seriam imediatamente acionadas, para resolver o problema. Agora continue o exercício, e tente se colocar no lugar dos povos indígenas que enfrentam esse tipo de agressão constantemente, e a ajuda não é possível em tempo hábil.

A reserva indígena Yanomami é a maior do Brasil, teve seu território demarcado em 1992. Apesar da violência contra os povos indígenas sempre existir, entre 2016 e 2022 houve um aumento significativo, ocasionado pelo descaso dos Governos Federal e Estadual.

Não é apenas a mulher Yanomami que sofre violência, todos os povos que mantêm contato com garimpeiros passam pelo mesmo, ou até pior. Mas, levando em consideração o grande destaque dado nos últimos tempos, diante de tantas barbaridades ocorridas contra essa comunidade, com casos concretos de violência, tornou-se propícia a sua menção.

Na busca por conquistar novos territórios para realização de atividades como o garimpo e a agropecuária, os agressores externos cometem a mesma violência ou até pior que seus ancestrais no período colonial, contra os povos indígenas. Sobre isso Wenczenovicz e Siqueira (2017, p. 9) salienta:

Soma-se a esse contexto, a desumanização, a escravização, os aldeamentos com as perdas territoriais, a depreciação semântica generalizante e a tentativa de redução linguística constituíram formas políticas violentas de negação das diferenças e práticas históricas de invisibilidade (WENCZENOVICZ; SIQUEIRA, 2017, p. 9).

A ameaça constante praticada por garimpeiros contra a mulher Yanomami, principalmente relacionada a violência sexual, dificulta a livre locomoção em seu território, para buscar alimentos, água e assistência médica. Onde a segurança encontrada reside apenas no fato desta estar acompanhada de alguma presença masculina da aldeia, que possa ser capaz de fornecer proteção. De acordo com Wenczenovicz e Siqueira (2017, p. 9):

Em 2022, a Agência Sumaúma, em parceria com o Instituto Socioambiental – ISA25, e a organização indígena Hutukara, reportaram inúmeros casos em que mulheres e meninas indígenas estiveram sujeitas a exploração sexual e sexo por sobrevivência em troca de alimentos, álcool, celulares, armas e ouro (WENCZENOVICZ; SIQUEIRA, 2017, p. 9).

A violência sexual empregada a mulheres e meninas Yanomami é utilizada como forma de causar terror. Não sendo incomum ataques armados às comunidades, onde ocorrem estupros e mortes.

Portanto, mulheres e jovens são corriqueiramente aliciadas em troca de comida, roupas, entre outros tipos de “recompensas”, prática similar ao que ocorreu após a chegada dos portugueses nessas terras. Relatos de meninas entre 11 e 13 anos vivendo com garimpeiros são frequentes, em que da violência são gerados filhos. De acordo com o relatório “Yanomami sob Ataque” (2022), produzido pelas associações Hutukara e Wanasseduume, os garimpeiros constantemente oferecem bebidas alcoólicas as jovens do sexo feminino, para abusar sexualmente delas, como demonstra o relato a seguir:

Os garimpeiros fazem perguntas para os jovens que levam juntos suas irmãs. Assim pergunta para os Yanomami: “Aquela moça que você levou consigo, é sua irmã?”. Então os Yanomami respondem: “É minha irmã!”. Depois dos Yanomami disserem assim, deixam os garimpeiros informados. Por isso, [continuam pedindo:] “O que você pensa a respeito de sua irmã? Se você fizer deitar sua irmã comigo, sendo que você é o irmão dela, eu vou pagar para você 5 gramas [de ouro]. Faça o que eu digo! Se você quiser cachaça, eu vou dar também cachaça. Você vai ficar bêbado na sua casa!”. Falam assim para os Yanomami, por isso, têm relações com as mulheres. Induzem os Yanomami a fazer isso (YANOMAMI SOB ATAQUE, 2022, p.87).

Em seguida, não bastando tudo que fora citado até o momento, é importante mencionar que a presença do garimpo ocasiona doenças como malária, desnutrição, infestação por vermes e pneumonia. As mulheres indígenas são obrigadas a verem seus filhos morrendo, pois até mesmo parte das equipes de saúde, que atuavam na região, foram obrigadas a sair devido à violência empregada pelos garimpeiros. E, os postos de saúde que ainda resistem, em muitos casos, não possuem medicamentos.

4.2 A luta pela glória

A variedade de povos indígenas em nosso território dificulta que políticas públicas alcancem uma grande parcela desses grupos. E, quando tratamos da mulher indígena, está se articula através de coletivos de mulheres, marchas, e, em alguns casos, participando da política para defender e fazer com que seus direitos sejam respeitados. Desconstruir o imaginário criado sobre a figura feminina indígena é um processo árduo e a ausência de políticas públicas efetivas colabora para o cenário de abandono enfrentado pelas comunidades de maneira geral.

A ausência de leis que atendam as particularidades da mulher indígena dificulta ainda mais a luta, que tem como origem a violência que ocorre desde o período colonial. Durante a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília, no ano de 2021, participantes protestaram durante homenagem a duas indígenas mortas brutalmente e pediram que parassem de matar seus corpos.

No decorrer da audiência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, em 2022, a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos cobrou maior presença do estado brasileiro, para prevenir que crimes contra as mulheres ocorram.

Na abertura da 3ª Marcha das Mulheres Indígenas, ocorrida em setembro de 2023, a deputada Célia Xakriabá (PSOL- MG) protocolou a proposta de Lei nº 4381/2023, com o intuito de combater a violência contra a mulher indígena, com orientações a serem realizadas nas unidades policiais para atender as vítimas, entre outros pontos relevantes sobre este assunto. A proposta inclui diversos tipos de violência, desde a física à política.

Ainda durante a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília,, houve reforço na reivindicação ocorrida na Marcha anterior já citada. O pedido pelo fim da violência contra as mulheres foi feito por mais de 6 mil mulheres que seguiam no movimento, e no diálogo ocorrido com a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, personalidade que serve de inspiração para as mulheres pertencentes aos povos originários.

As articulações que buscam maior qualidade de vida e garantias para as comunidades indígenas, e, especificamente, para a mulher pertencente aos povos originários são de suma importância, e lideranças saídas da própria comunidade para a política reforçam a luta. Segundo Shirley Krenak, liderança indígena da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA): “Podemos sim, ocupar esses espaços políticos educacionais, institucionais, sociais, culturais, ambientais, e trabalhar em prol da humanidade de uma forma totalmente coletiva” (UM SÓ PLANETA, 2022).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que, diante do que fora exposto, é essencial que ocorra a desconstrução do pensamento patriarcal, em que a visão da sociedade é orientada apenas pela experiência masculina. Para que assim seja possível considerar novas perspectivas, como a das mulheres indígenas, que foram vítimas da exploração e violência desde a chegada dos colonizadores ao território brasileiro.

A exploração sexual contra a mulher indígena tem fortes laços com o pensamento eurocêntrico, que foi responsável por incorporar conceitos de superioridade e estereotipar culturas e gênero. Conceitos esses que continuam sendo perpetuados na contemporaneidade, e são responsáveis pela objetificação e inferiorização da mulher indígena.

A presença da violência sexual contra o feminino indígena até os dias atuais, em nossa sociedade, está estritamente relacionada ao legado histórico que data do período colonial, juntamente com a presença constante, nos dias atuais, de atividades econômicas predatórias, como o garimpo ilegal e o agronegócio, que além de agredirem o meio ambiente, são responsáveis por levar o terror as aldeias onde, além do rastro de mortes, praticam a violência sexual aos corpos indígenas femininos.

É importante destacar a luta e resistência das lideranças femininas indígenas na tentativa de mudar essa triste realidade. Através da participação ativa em movimentos de defesa dos direitos das mulheres indígenas, os povos originários buscam a criação de políticas públicas efetivas, que sejam mais inclusivas e que tragam a proteção necessária à sua sobrevivência.

Essa é uma discussão que precisa ser amplamente debatida, com um olhar comprometido em dar ênfase a uma situação que não é apenas do passado, mas algo bastante presente nos dias de hoje, que necessita de medidas concretas e urgentes. É importante que sejam elaboradas políticas que visem as particularidades culturais da mulher indígena, para que possa ser possível atender aos seus problemas, além de que, deve-se incentivar a valorização e respeito da cultura indígena, por parte da sociedade de maneira geral, com o intuito de romper com a visão que se tem sobre o corpo indígena feminino.

REFERÊNCIAS

A fetichização é uma das maiores causas da violência sexual contra mulheres indígenas. In: Usina de valores. 2019. Disponível em: <https://usinadevalores.org.br/a-fetichizacao-e-uma-das-maiores-causas-da-violencia-sexual-contra-mulheres-indigenas>. Acesso em 30 de out. 2023

BASEGGIO, Julia; SILVA, Lisa. **As condições femininas no Brasil Colonial**. Revista Maiêutica, Indaial, v.3, n. 1, p. 19-30, 2015. Disponível em: https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/viewFile/1379/528.Pdf.(Acesso em 25 de out. 2023)

Mulheres, mães e defensoras da Terra: indígenas e quilombolas falam sobre resistência e luta por futuro melhor. In: Um só planeta. 2022. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2022/05/08/mulheres-maes-e-defensoras-da-terra-indigenas-e-quilombolas-falam-sobre-resistencia-e-luta-por-futuro-melhor.ghtml>. (Acesso em 30 de out. 2023)

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder**. Buenos Aires: Editora CLACSO, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf (Acesso em 24 de out. 2023)

SOUZA, Telma. **Entre a cruz e o trabalho:** A exploração de mão-de-obra indígena no sul da Bahia. 237 p. Dissertação de mestrado em História Social, Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/15_entre_a_cruz_e_o_trabalho_a_exploracao_de_mao-de-obra_indigena_no_sul_da_bahia_1845-1875.pdf. (Acesso em 25 de out.2023)

WENCZENOVICZ, Thaís; SIQUEIRA, Rodrigo. **Colonialidade, mulher indígena e Violência:** Reflexões Contemporâneas, Revista de Movimentos Sociais e Conflitos, Brasília, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2017. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistamovimentosociais/article/view/1809/pdf>. (Acesso em 27 de out. 2023)

Yanomami Sob Ataque. In: Instituto Socioambiental. 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yanomami-sob-ataque-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami-e-propostas-para>. (Acesso em 30 de out. 2023)